

**FORÇAS EM DISPUTA NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL:
REFLEXÕES INICIAIS A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA
PUBLICADA NA REPLAG.**

Fernanda Karla S. R. Argolo

fkargolo@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Williams Panfile S. Brandão

wpanfile@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (Ufba)

INTRODUÇÃO

O planejamento educacional, no contexto das políticas educacionais, se apresenta como um campo estratégico permeado por disputas e negociações. Essas dinâmicas evidenciam uma correlação de forças entre interesses hegemônicos e forças contra-hegemônicas, reafirmando o papel do planejamento como espaço de tensão e construção coletiva.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho traz reflexões iniciais, sobre a correlação de forças no planejamento educacional, à luz do enfoque gramsciano de Estado Ampliado, a partir do mapeamento da produção acadêmica na Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional (REPLAG).¹ O mapeamento concentrou-se em teses que abordassem o tema no período de 2014-2024, correspondente, *a priori*, à vigência do Plano Nacional de Educação - PNE, buscando compreender as dinâmicas que perpassam o planejamento educacional nesse recorte temporal.

Este trabalho compõe uma etapa da pesquisa de mestrado e doutorado dos autores, que investigam o estado do conhecimento sobre “correlação de forças no Planejamento Educacional”, com foco no Plano Municipal de Educação - PME.

¹ A REPLAG, criada em 2013, reúne 50 pesquisadores dedicados ao estudo do planejamento e da gestão educacional em níveis nacional, internacional e local, sob a coordenação da Prof.^a Doutora Elisângela Sciff.

NOTAS SOBRE O MAPEAMENTO

A análise sobre a correlação de forças no planejamento educacional, realizada a partir das teses publicadas na REPLAG, foi aprofundada por meio da leitura dos resumos de 20 teses situadas no período de 2014-2024. Essa etapa permitiu organizar um quadro síntese contendo informações essenciais, como ano de publicação, título, autor(a), área, instituição e palavras-chave.

A leitura dos resumos revelou uma diversidade de enfoques relacionados à correlação de forças no planejamento educacional, o que levou à necessidade de agrupar e categorizar as palavras-chave conforme suas incidências. Entre as palavras-chaves mais recorrentes, destacam-se: Política Educacional (10); Planos de Educação (09); Gestão da Educação (08); Conselhos de Educação (05); Participação (04); Plano de Ações Articuladas (03); Federalismo (02); e Privatização da Educação (02).

Dado que o objeto de estudo dos autores é o PME, este trabalho direcionará suas reflexões às teses cujo enfoque centra-se nos Planos de Educação (quadro 01).

Quadro 01: Mapeamento de Teses – REPLAG, enfoque Planos de Educação.

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	ORIENTADOR(A)	ÁREA DO CONHECIMENTO	LOCAL	PALAVRAS-CHAVES
2018	O PAPEL DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SUL-MATO-GROSSENSE	SIMONE ESTIGARRIBIA DE LIMA	ELISÂNGELA ALVES DA SILVA SCAFF	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - MS	Planejamento Educacional. Plano Estadual de Educação. Fórum Estadual de Educação.
2019	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ, MS: O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DA META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2015-2018)	MARCO ANTONIO OLIVA MONJE	REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE CATOLICA DOM BOSCO CAMPO GRANDE – MS	Direito à Educação, Política Educacional, Plano Municipal de Educação, Avaliação Educacional, Qualidade da Educação.
2021	MOVIMENTOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DA META 19 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS (2014-2018)	EVELYN IRIS LEITE MORALES CONDE	REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE CATOLICA DOM BOSCO CAMPO GRANDE/MS	Política educacional. Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação. Gestão Democrática. Campo Grande-MS.
2022	PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL E A META 4: OFERTA EDUCATIVA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (2014-2018)	VERA LUCIA GOMES	REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE CATOLICA DOM BOSCO CAMPO GRANDE – MS	Plano Estadual de Educação; Meta 4; Educação Especial; Inclusão Escolar; Privatização da educação.

2022	META-AVALIAÇÃO EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: O PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME/DOURADOS EM FOCO	EVALLY SOLAINE DE SOUZA RODRIGUES	MARIA ALICE DE MIRANDA ARANDA	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Políticas Educacionais; Planejamento Decenal em Educação; Meta Avaliação
2022	A PARTICIPAÇÃO NO CONTROLE SOCIAL DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO (2015-2022): EM FOCO OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE RIO NEGRO E CAMPO GRANDE/MS	MARICLEI PRZYLEPA	MARIA ALICE DE MIRANDA ARANDA	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Conselho Municipal de Educação; Controle Social; Participação Social; Plano Municipal de Educação
2023	A COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA PORÁ-MS: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CONSOLIDAÇÕES	FABIANY DOS SANTOS BARCELOS	MARIA ALICE DE MIRANDA ARANDA	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GRANDE DOURADOS - MS	Monitoramento e Avaliação; Planejamento Educacional; Plano Municipal de Educação; Política Educacional;

Fonte: <https://redeplanejamento.wixsite.com/replag/dissertacoes-e-teses>

Conforme Quadro 01, as teses analisadas focadas no Mato Grosso do Sul, foram desenvolvidas na Universidade Federal da Grande Dourados (4) e na Católica Dom Bosco (3) entre 2018-2023, sendo todas da área da educação. As pesquisas abordaram a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e controle social dos planos de educação, evidenciando, correlações de forças.

A pesquisa de Lima (2018) analisa o Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul como um espaço estratégico de disputa de poder entre sociedade civil e política na elaboração do PEE (2014-2024), onde diferentes grupos disputam a hegemonia na definição das diretrizes educacionais. O planejamento educacional é apresentado como um processo coletivo e complexo, marcado por avanços democráticos na participação e desafios resultantes das tensões de poder entre os atores envolvidos.

Monje (2019) investiga as disputas entre diferentes concepções de qualidade na implementação da meta 7 do PME de Corumbá. A predominância de uma lógica tecnocrática, centrada em indicadores como o IDEB, contrasta com perspectivas mais amplas e críticas de qualidade educacional. Essas tensões moldam práticas, estratégias e a formulação de políticas públicas, influenciando diretamente o planejamento educacional.

Conde (2021), ao analisar a implementação da meta 19 do PME de Campo Grande, que trata da gestão democrática, aponta as limitações enfrentadas pelo Conselho Municipal de Educação-CME em sua atuação, com descontinuidades e ausência em momentos decisivos, como na elaboração da Lei da Gestão Democrática. Para a autora, tensões entre forças que buscam ampliar a participação democrática e aquelas que mantêm a centralização das decisões refletem desafios estruturais e políticos que impactam a construção de uma gestão educacional mais participativa e democrática.

A pesquisa de Gomes (2022) analisa as tensões entre a inclusão escolar plena e a privatização da Educação Especial no PEE de Mato Grosso do Sul, na Meta 04. Enquanto a inclusão busca integrar todos os estudantes às classes regulares, a continuidade de convênios com instituições privadas reflete uma lógica privatizante. Essas disputas revelam resistências que limitam avanços na educação inclusiva, impactando as diretrizes e práticas do planejamento educacional.

Przylepa (2022) analisa os CMEs de Rio Negro e Campo Grande (MS), no controle social dos PME's, destacando fragilidades em autonomia, representatividade e caráter democrático. Sob forte influência do Poder Executivo e com baixa participação da sociedade civil, os CMEs funcionam mais como órgãos administrativos do que como espaços de controle social, refletindo tensões entre centralização e esforços por maior participação social, impactando o planejamento e a execução das políticas educacionais locais.

Rodrigues (2022), destaca as contribuições da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME de Dourados para o planejamento educacional, mas aponta desafios como a falta de dados confiáveis e falhas na comunicação. Essas limitações refletem tensões entre União, estado e município, dificultando a integração e comprometendo uma gestão educacional mais democrática, reforçando a necessidade de cooperação institucional para consolidar o PME e atender melhor às necessidades locais.

A pesquisa de Barcelos (2023) analisa a atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME de Ponta Porã, evidenciando tensões e limitações que comprometem o cumprimento das metas, como falta de dados atualizados, baixa articulação institucional e limitada participação da sociedade civil. Essas questões refletem o desequilíbrio entre

forças centralizadoras e comunitárias, comprometendo a execução e avaliação do PME, além de limitar o engajamento democrático.

FORÇAS EM DISPUTA

Sob a perspectiva gramsciana de Estado Ampliado (Gramsci, 2000), as pesquisas analisadas evidenciam que o planejamento educacional é um espaço estratégico de disputa entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas, destacando a interação dinâmica entre sociedade política e sociedade civil. Conforme Gruppi (1980), na concepção gramsciana, a sociedade política é uma extensão da sociedade civil, atuando como o terreno da ideologia onde os valores e interesses da classe dirigente são disseminados, entrelaçando-se o consenso e a direção moral e intelectual do conjunto social.

O Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (Lima, 2018) ilustra essa dinâmica, funcionando como um espaço de negociação onde diferentes grupos tentam influenciar as diretrizes educacionais, destacando avanços na participação democrática e as tensões inerentes a essas disputas de poder. Esses espaços se tornam arenas de mediação onde as relações de força são negociadas, demonstrando como o planejamento educacional envolve tanto coerção quanto consenso.

As pesquisas evidenciam tensões no planejamento educacional, como a hegemonia de lógicas tecnocráticas centradas em indicadores (Monje, 2019), o embate entre inclusão escolar plena e privatização da Educação Especial (Gomes, 2022) e os desafios à gestão democrática nos conselhos educacionais (Conde, 2021). Essas análises mostram que o planejamento reflete disputas mais amplas entre interesses dominantes que promovem centralização e movimentos que buscam equidade, participação e democratização.

Os estudos sobre conselhos e comissões municipais (Przylepa, 2022; Rodrigues, 2022; Barcelos, 2023) evidenciam fragilidades institucionais, como a baixa participação da sociedade civil e a desarticulação entre níveis de governo, que reforçam a centralização do poder. Essas limitações sustentam hegemônias dominantes, mas também revelam fissuras que podem ser exploradas para promover práticas mais democráticas, destacando o planejamento educacional como um espaço de disputa de poder e potencial transformação social.

CONSIDERAÇÕES

As reflexões iniciais sobre as pesquisas mapeadas, constituem um contributo para a contextualização do objeto de pesquisa dos autores – PME, ao evidenciar como o planejamento educacional se configura como um espaço privilegiado para analisar as dinâmicas de correlação de forças, revelando disputas entre hegemonia e contra-hegemonia que transcendem o campo técnico e alcançam o político e ideológico.

As instituições educacionais, ao mediar coerção e consenso, tornam-se arenas de negociação e potenciais espaços para manter ou contestar as hegemonias dominantes. Embora fragilidades institucionais, como a baixa participação social e a centralização do poder, representem desafios, essas mesmas limitações abrem fissuras que podem ser exploradas para identificar possibilidades para práticas mais inclusivas e democráticas. Essa perspectiva reafirma o planejamento como uma arena onde as relações de poder são negociadas e onde há potencial para promover transformações sociais e educacionais mais justas e equitativas.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Trad.: C. N. Coutinho, L. S. Henriques e M. A. Nogueira. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Trad. de D. Canali. Porto Alegre: L&PM, 1980.

<https://redeplanejamento.wixsite.com/replag/dissertacoes-e-teses>